O que resta de Marxismo no Neo-Marxismo?

Simon Schwartzman

Preparado para o "IV Congresso Nacional de Sociologia", Rio de Janeiro, Junho, 1989

Infelizmente o texto que o prof. Wright nos apresentou hoje não faz parte do conjunto de trabalhos de sua autoria que me foi colocado à disposição antes da realização deste Congresso, de maneira que meus comentários estão muito mais referidos aos textos anteriores do que propriamente ao de hoje. No entanto, acredito que exista bastante convergência entre estes diversos textos, de modo que meus comentários não perderam de todo, acredito, sua relevância.

Os dois artigos que tive o privilégio de ler[1] são exemplos de ciência social de excelente qualidade. Eles pretendem ser, ao mesmo tempo, contribuições para uma renovação do marxismo, que tem sido o projeto de um pequeno grupo de cientistas sociais da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Os dois artigos se complementam bem. O primeiro, sobre a estrutura de classes, é um trabalho substantivo, no qual o autor sugere uma generalização da noção de estrutura de classe, examina suas implicações conceituais e teóricas, e depois a testa com a utilização de dados quantitativos. O segundo, sobre individualismo metodológico, é uma discussão mais explícita do que deveria ser entendido por "marxismo" nos dias de hoje, e se ele seria ou não compatível com a abordagem do individualismo metodológico tal como a proposta por Jon Elster. O que farei, aqui, será discutir primeiro a conceitualização de marxismo dada no segundo artigo, e ver depois como ela se aplica ao primeiro, em uma tentativa de entender, afinal, o que ainda resta de marxismo no neo-marxismo.

No texto metodológico, Wright e seus colaboradores começam por refutar a idéia de que existiria uma "fissura metodológica irreconciliável" entre o marxismo e a ciência social "burguesa", e se coloca ao lado daqueles para os quais "o que é próprio do marxismo são suas teses substantivas sobre o mundo, não sua metodologia, e que os princípios metodológicos freqüentemente utilizados para distinguir entre o marxismo e seus rivais são indefensáveis, senão incoerentes" (ele

[1] E. O. Wright, "A General Framework for the Analysis of Class Structure", *Politics & Society*, 13, 4 (1984):343-82; e Andrew Levine, Elliot Sober e Erik Olin Wright, "Marxism and Methodological Individualism", a sair, *New Left Review*.

cita a Jon Elster, John Roemer, Adam Przeworski e G. A. Cohen como compartindo esta visão). Dialética, holismo, materialismo, perspectiva histórica, anti-positivismo, estas e outras proclamações de especificidade metodológica seriam ou simples figuras de retórica, incoerentes ou indefensáveis, ou, como o historicismo, acrescento eu, partilhadas por outras tradições intelectuais nas ciências sociais.

O restante do texto metodológico é uma crítica ao individualismo metodológico "marxiano". Ainda que eu não tenha muita familiaridade com esta literatura, a crítica me parece fazer todo o sentido. O artigo distingue, basicamente, entre individualismo metodológico e atomismo, mostrando que o primeiro dá ênfase às interações entre indivíduos, e não a mônadas isoladas; e entre holismo (a noção de que somente entidades agregadas têm poder explicativo) e sua própria posição, o anti-reducionismo, que aceita explicações tanto ao nível macro quanto ao nível mícro. O exemplo dado é o da tendência ao crescimento econômico nas sociedades capitalistas. Para ser explicada, esta tendência requereria uma teoria geral sobre a competitividade nas relações de mercado ao nível macro, que seria "superveniente" em relação a todas as manifestações concretas de maximização de lucros e estratégias de sobrevivência econômica ao nível dos indivíduos. O próximo passo teórico seria mostrar como esta condição geral é atualizada e vivida por indivíduos em suas atividades quotidianas. Isto requer uma sociologia das micro-fundações das teorias macro-sociológicas, o que não deveria ser confundido com individualismo.

O que escapa a meu entendimento é porque ele diz que estes temas se referem à questão do individualismo metodológico "marxiano", e não à questão do individualismo metodológico enquanto tal. O fato de que o texto se refira a um trabalho de Elster, que tem uma leitura de Marx sobre o prisma do individualismo[2], não me parece ser uma justificativa suficiente. O que eu esperaria seria algo que me permitisse entender quais são as diferenças substantivas entre o anti-individualismo adotado por Wright e as abordagens propostas por outros autores supostamente "não marxistas", como Randall Collins, por exemplo, ou Antony Giddens[3] Não existem respostas a esta pergunta no texto metodológico, e devemos, por isto, passar para o texto seguinte.

---

[2]*Making Sense of Marx*, Cambridge University Press, 1986.

[3]Randall Collins, *Theoretical Sociology*, New York, Harcourt, Brace and Janovitz, 1988; Antony Giddens, *The Constitution of Society - an Outline of the Theory of Structuration*, University of California Press, 1984.

O tese fundamental no texto sobre estrutura de classes é que as sociedades se dividem em classes não somente porque certas pessoas têm mais bens e poder do que outras, mas porque existe exploração, ou seja, que alguns têm mais *porque* outros têm menos. Desigualdades em relação a bens diferentes implica em mecanismos diferentes de exploração, e diferentes tipos de estrutura de classe. Desigualdade em relação à força de trabalho (quando muitas pessoas não têm a liberdade de vender sua força de trabalho no mercado) se relaciona com a extração coercitiva do trabalho excedente, com uma relação de senhores e escravos, e conseqüentemente com feudalismo (ou escravidão, conceito que ele deixa de lado); desigualdades nos meios de produção leva à exploração através das trocas do mercado, a uma sociedade de capitalistas e trabalhadores, e, conseqüentemente, ao capitalismo; desigualdades em recursos organizacionais leva a sociedades de administradores e não administradores, à exploração através de apropriações baseadas em hierarquias, e conseqüentemente ao socialismo burocrático de estado; desigualdades baseadas em diferentes habilidades levaria a sociedades divididas entre especialistas e leigos, à exploração baseada na competência, e ao socialismo. Esta generalização de um para quatro tipos de exploração leva à noção de "localização de classes contraditória" (um conceito que lembra as pesquisas norteamericanas sobre "inconsistência de status" de 20 anos atrás) que nos permitiriam ir além da noção marxista convencional de que as sociedades são (ou tendem a ser) polarizadas em somente duas classes. Assim, o feudalismo geraria não somente o conflito entre senhores e servos, mas também a burguesia; o capitalismo geraria não somente burgueses e confronto com proletários, mas também uma classe gerencial; e uma nova classe de peritos/intelectuais emergiria das tensões do socialismo burocrático.

É fácil ver que esta abordagem engenhosa vai além do marxismo convencional, abrindo espaço para a análise dos problemas de estratificação social em regimes socialistas, para a incorporação de temas não ortodoxos como burocratização e a mobilização da intelligentsia, e até mesmo para alguma especulação a respeito daquilo que poderia existir mais além do capitalismo e do socialismo burocrático contemporâneos: sociedades em que só subsistiriam diferenças entre indivíduos em função de suas distintas habilidades, e cujas possibilidades de exploração seriam reduzidas e controladas pela permanente redistribuição negociada de recursos entre os mais e os menos habilitados.

O que continua não sendo claro é se tudo isto ainda tem a ver com algo que possa se chamar de "marxismo", ou se estamos lidando, simplesmente, com uma abordagem interessante, mas convencional, das ciências sociais. Meu ponto fundamental é que, para Wright, o que parece ser fundamental tanto na exploração feudal quanto na exploração capitalista é que elas parecem derivar da simples desigualdade na posse de determinados bens, sendo assim, conseqüentemente,

"estruturais", "materiais" ou "materialistas". Mesmo que aceitemos isto, no entanto, existe muita dúvida sobre sua generalização do conceito de exploração de forma a incluir as diferenças de recursos organizacionais e habilidades.

A abordagem de Wright ao tema da organização começa com a noção de divisão técnica do trabalho, que ocorreria dentro das empresas capitalistas, por um lado, e no Estado como um todo no socialismo burocrático, por outro. Segundo ele, diferenças de poder (assim como a autoridade e a exploração) seriam decorrências da "tomada de decisões coordenadas em um sistema complexo de divisão do trabalho". Mas se fosse somente isto, a redução do poder e da exploração em uma organização teria que vir acompanhada, necessariamente, de seu empobrecimento tecnológico, redundando em prejuízos para todos. Ora, isto contraria o que o próprio Wright define como o teste crucial para verificar se existe ou não exploração em uma relação social determinada[4]. A conclusão é que o poder e a autoridade em uma organização não são uma simples decorrência da divisão técnica do trabalho, mas incluem um elemento independente de dominação que, de fato, é aquele que conduz à exploração.

O mesmo raciocínio se aplica à questão das habilidades. Wright tem consciência de que somente quando habilidades são escassas elas podem produzir exploração (diferenças em "bens de habilidade" não são suficientes, como parece ocorrer com as diferenças em bens de trabalho ou de capital); e que os mecanismos de certificação, ou credencialismo, são uma das maneiras de criar e manter esta escassez. A dificuldade básica é que credenciais só em parte são uma função direta de diferenças de competência, ou habilidade; no limite, como todos sabemos, pode haver certificações e credenciamentos sem nenhuma correspondência com habilidades reais, ou seja, posições puras de *status* garantidas por privilégios legais ou outras formas de monopólio estamental.

Se este raciocínio é correto, ele nos traz de volta ao conceito de dominação como o elemento central para o entendimento dos fenômenos de estratificação social e de relações de classe. Poderíamos dizer, então, que os mecanismos de exploração baseados na distribuição desigual de bens de produção (trabalho, capital, posições organizacionais, habilidades) são somente parte, e não necessariamente a mais importante, das causas das desigualdades e dos conflitos sociais. E teríamos então a possibilidade de abrir nossos olhos para uma série de

---

[4]O teste, neste caso, seria que "os não administradores ficariam em melhor situação, e os administradores e burocratas em pior situação, se os não administradores se retirassem com sua parte *per capita* dos recursos organizacionais (ou seja, se o controle organizacional fosse democratizado)". Isto não ocorreria, no entanto, se, com a decentralização, a organização se deteriorasse tecnicamente, reduzindo assim a produtividade de todos.

outras modalidades de conflito e estratificação social - estamentais, raciais, religiosos, culturais, até mesmo geográficos - que são geralmente excluídos do âmbito das análises marxistas.

Mas porque esta insistência em explicar a exploração pelas diferenças na posse de bens, ao invés de conceitos como dominação e autoridade? Wright nos diz que seu conceito de exploração é mais materialista do que o de dominação, e permite uma análise baseada na compreensão dos diferentes "interesses objetivos" das distintas classes sociais, que permitiriam, por sua vez, uma base adequada para o entendimento de problemas de formação, aliança e luta de classes.

É isto, pois, afinal, o que parece ser um neo-marxista hoje em dia: ser "materialista", isto é, preocupado em basear suas teorias em "interesses objetivos". Indagar, por um lado, em que medida estes interesses dependem das características mais gerais dos sistemas sociais; e, por outro, como eles nos ajudam a entender e explicar o comportamento de indivíduos e grupos sociais específicos. Mas esta não é uma noção privativa do marxismo, a não ser, talvez, em um sentido histórico. A maioria dos cientistas sociais de hoje concordaria que "interesses objetivos", na medida em que possam ser identificados, podem ser elementos heurísticos interessantes para o entendimento de determinados fenômenos sociais; mas eles também concordariam que a noção de "interesse" deve ser expandida além daqueles que sejam "materiais" (ou seja, aqueles que se relacionem com a sobrevivência material ou ganhos monetários, ou possam ser definidos "estruturalmente"), e que o peso relativo de alguns tipos de interesse em relação a outros, materiais ou não, só pode ser estabelecido empiricamente e caso a caso.

Eu concluiria dizendo que, tanto quanto possa ver, a noção de Wright de que o marxismo se distingue do resto das ciências sociais exclusivamente por suas proposições substantivas não me parece sustentável. Em um certo sentido, se pensamos em Marx como um dos fundadores do pensamento social moderno, somos todos marxistas. Mas os marxistas militantes permaneceram geralmente próximos a determinados partidos políticos e movimentos sociais, tratando de fazer o produto de seu trabalho intelectual diretamente relevante para sua prática social e política. A difícil coexistência destes dois papéis de intelectual e militante explica, acredito, o surgimento no Ocidente de intelectuais preocupados com alguns dos temas clássicos do marxismo, mas buscando incorporar tudo aquilo que parecia fazer sentido na tradição sociológica ocidental, e abandonando o lastro inútil, livres de qualquer dogmatismo ou disciplina partidária. Neste sentido, somos todos ex-marxistas. Proclamar-se marxista no mundo atual das ciências sociais é menos uma questão de se preocupar com este ou aquele tema, ou de adotar esta ou aquela metodologia, do que uma tomada de posição -- expressa

pela adoção de um "discurso" determinado -- tanto em relação à sociedade como um todo quanto em relação à própria comunidade acadêmica em que se trabalha. Que posição é esta, e quais suas implicações, será certamente diferente se trabalhamos e vivemos no Brasil, na União Soviética, na Suécia ou nos Estados Unidos. A resposta a esta pergunta, no caso particular de Erik Olin Wright e seus colegas de empreitada, não se encontra, infelizmente, em nenhum dos dois artigos que tenho hoje o privilégio de comentar.